

DITADURA MILITAR ATRAVÉS DA IMPRENSA:
O CASO DO *ESTADO DE MINAS*, DE 1964 A 1970.

Aline Fonseca Carvalho – UFMG.

A imprensa brasileira foi proibida, na fase colonial, por oferecer a possibilidade de conscientização e, portanto, entrava em desacordo com os interesses metropolitanos.

Embora, haja indícios de impressos anteriores à vinda da família real portuguesa, o marco mais divulgado, pela história, para início da imprensa no Brasil, é a Imprensa Régia.

No início do século XIX, outros periódicos apareceram espalhados, em diversas regiões, não só no Rio de Janeiro que era a sede do governo e da Imprensa Régia. Desde esta época nossa imprensa já conhece a disputa pela informação entre jornais de interesses antagônicos.

Para fazer frente a seus adversários a coroa portuguesa chegou a lançar em Londres *O Investigador Português*, destinado a combater o *Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa – que era um perseguido político erradicado em Londres. Este último jornal teve participação importante no processo de independência do Brasil, junto com muitos outros periódicos que tinham o mesmo propósito.

E nesta linha de embates jornalísticos, sempre entre dois grupos de interesses diversos e ataques mútuos, prosseguiu a imprensa e sua história no Brasil. Durante a regência, no movimento abolicionista, no movimento republicano e na República sempre houve jornais de diferentes posições e objetivos. E desde sempre caminha junto com a imprensa a tendenciosidade na divulgação das informações.

Vejamos o que Maria Helena Capelato diz sobre o que a imprensa publicou na ocasião da abolição da escravatura:

“(...) a mania de comemorar é perigosa porque pode servir para impor à opinião pública uma versão dirigida dos acontecimentos, em benefício de governos e grupos que desejam a realidade indevidamente deformada.”¹

¹ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*.p.40.

Ela diz isso por causa das comemorações desencadeadas pela abolição. Estas duraram dias e a onda comemorativa foi alimentada pela imprensa da época. Aliás, as notícias dão a impressão de que o mérito da abolição foi exclusivo da benevolência da Princesa regente. Os jornais excluem fatos como pressões internacionais, exigências de setores mais dinâmicos da economia e rebeliões organizadas pelos próprios escravos bem como a condição de vida a eles imposta. É claro, que não desconsideramos o fato de que nesta época o fazer jornalístico era muito mais opinativo do que hoje. O caráter de informação objetiva e imparcial não fazia parte do cotidiano dos jornais do século XIX.

Nos dias de hoje, o caráter “objetivo” das notícias, não alcança a imparcialidade total. A subjetividade inerente à escrita das matérias trás consigo opiniões e narrações manipuladas.

Este tipo de manipulação é muito comum não só no Brasil, mas em todo o mundo. Talvez em países que não tenham uma lei de imprensa bem formulada o problema seja maior, o que não quer dizer que onde existe não ocorra a manipulação. Não devemos desconsiderar que o jornalista é antes de tudo um indivíduo que tem gostos, aptidões e curiosidades diferenciadas, o que dá ao material que ele produz caráter singular. O jornalista assim como o historiador imprime em seu trabalho a sua subjetividade. Ele escolherá um tema em detrimento de outros, dentro deste tema dará enfoque a certos aspectos do fato e deixará outros de lado e por mais objetivo que tente ser seu trabalho se o leitor exercer seu papel crítico perceberá o ponto de vista, a opinião do repórter sobre o tema em questão.

Além da questão da subjetividade, dependendo do contexto histórico e da instituição em que trabalha, o jornalista não tem escolha em relação a que linha seguir. Os editores, censores, donos de jornais, patrocinadores entre outros fatores, exercem poder de direcionamento ideológico sobre o produto final.

Segundo Perseu Abramo, os órgãos da imprensa não refletem a realidade. A maior parte da informação oferecida tem algum tipo de relação com a realidade, mas não a repassa tal qual ela é. Oferece uma realidade artificial, irreal criada e desenvolvida pela imprensa.

“O jornal existe enquanto fenômeno de linguagem, discurso construído, palavra dirigida.”² Ao jornal escrito é conferido um status de verdade que nem sempre é correspondido. A partir do momento em que a notícia chega ao leitor o que está impresso naquelas páginas passa a ser encarado como verdade, sem que se tente perceber alterações ou que se procure averiguar o que está escrito, a menos que se esteja envolvido com o conteúdo da notícia. Como coloca Darnton em *O Beijo de Lamourette*, quem procura os créditos no final das reportagens são as pessoas que as protagonizam ou que são ligadas a instituições envolvidas na notícia, fora este tipo de leitor, somente a concorrência quer saber quem está escrevendo sobre determinado assunto, em outro jornal.

Como a maioria dos leitores não tem o mesmo comportamento crítico diante do que lêem nos jornais, esse público “se move num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal.”³

Obviamente, não é todo o material jornalístico que é manipulado, se assim fosse esse sistema seria auto-destrutivo. Mas, uma parte significativa das informações sofre alterações. Os alvos são, principalmente, as questões políticas e econômicas. O que não quer dizer, que os outros assuntos não sofram alterações e nem que todo o material jornalístico que se refira a política e a economia seja alterado.

No período imediatamente anterior à ditadura militar, especialmente, a grande imprensa brasileira apoiou a queda do governo João Goulart. Mesmo os jornais que depois do golpe iriam ser contrários ao regime militar, foram a favor da “revolução”. A imprensa teve grande importância na organização e na cobertura da chamada “marcha da família com Deus pela liberdade”.

Após o golpe a imprensa de grande circulação se mostra exultante e cheia de boas expectativas para o futuro. A luta contra o mal comunista está presente em várias manchetes nos jornais.

² FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social*. A história amena de um jornal mineiro.p.26.

³ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*.p.24.

“A imprensa e o e o poder revolucionário estabelecem relação direta, íntima, mas que não chega a ser duradoura.”⁴ Logo nos primeiros meses do regime militar alguns jornalistas já começam a se posicionar contra o governo. Também não tardaram as primeiras amostras da repressão.

Embora a censura prévia só viesse ser decretada em 1970, os jornais já recebiam represálias por parte do governo, na fase anterior. Uma prova de que o governo militar estava temeroso em relação ao comportamento da imprensa e decidido a agir para controlá-la está no AI-2, que o permitia intervir na imprensa.

Após da decretação do AI-5, as coisas pioraram e a censura, agora definitivamente instalada, mudaria ainda mais a rotina nas redações dos grandes jornais. Fosse pela atuação de censores ou pelo seguimento das normas ditadas pelo “livro negro da censura”, que conduzia a auto-censura das matérias.

Segundo Beatriz Kushnir, parte da imprensa não era censurada pelo governo. Aliás, ela fala que no Brasil o Estado manda pouco porque não é forte, ele seria mais fraco que os interesses da classe dominante. Em alguns jornais, o próprio dono censurava algumas notícias conforme seus interesses e que os jornalistas equivocadamente acreditavam ser do interesse do patrão combater a censura assim como era para eles. Outra prática era a de publicar informes vindos do governo como se fossem produzidos por eles mesmos.⁵

Como formas de resistência aparecem muitos periódicos alternativos – que terão o esquema repressivo os vigiando muito mais de perto – e meios de fazer do espaço deixado pela reportagem censurada uma forma de chamar a atenção para o que está ocorrendo.

Exemplos deste segundo tipo de resistência são receitas de bolo em lugares despropositados no jornal e que caso alguém as experimentasse não dariam certo; os anjos

⁴ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. História da imprensa brasileira.p.323.

⁵ Ver: KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. In: REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

e demônios que preencheram as páginas censuradas da revista *Veja*; ou simplesmente páginas em branco e buracos nas folhas de jornal.

Por outro lado, muitas empresas de comunicação social se beneficiaram por serem coniventes com o regime, por exemplo, a *Rede Globo*. Neste *hall* estão inclusos os *Diários Associados* de Assis Chateaubriant.

Não seria surpresa para os leitores do *Estado de Minas*, que este se posicionasse a favor do poder uma vez que seu proprietário sempre se posicionara a do lado do governo fosse qual fosse. Na ocasião da implantação do *Estado Novo* o senhor Chateaubriant que até então se declarava liberal, disse que era fervoroso admirador do nazismo e sugeriu que Vargas imitasse os alemães.⁶

Este trabalho não pretende analisar formas de resistência. Queremos analisar como a grande imprensa ajudou a manter o regime militar. O recorte temporal escolhido vai de 1964 a 1968 e corresponde ao início do período militar até o ano em que foi decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5) e é anterior à decretação da censura prévia, imposta pelo governo Médici no decreto 077 em janeiro de 1970.

Não será analisado o comportamento de toda a imprensa neste período, porque seria um trabalho extremamente extenso e fugiria ao propósito deste artigo. O jornal escolhido para ter seu comportamento analisado, foi o já citado acima *Estado de Minas*.

Começamos pela grande quantidade de matérias que fazem referência ao comunismo e a forma com que tal temática é abordada.

Muitas matérias falavam dos países comunistas e das dificuldades que estes estariam enfrentando, em especial: Cuba e a URSS. Às vezes as matérias não são endereçadas aos países comunistas, mas no meio de outros assuntos estão incluídas críticas a este sistema. Por exemplo, em uma matéria sobre o sistema judiciário brasileiro vem incluso um comentário desmerecedor do judiciário cubano. Também é muito recorrente matérias afirmando que o anticomunismo está crescendo em outros países como quem diz

⁶ Ver: CAPELATO, Maria Helena R. A imprensa na história do Brasil. In: *Imprensa e história do Brasil*. col. Repensando a História. 2ed. São Paulo: EDUSC/Contexto, 1994.

que o mundo está despertando e se organizando contra o mal. Este tipo de reportagem dá inclusive números de comunistas que foram presos ou mortos no exterior.

Vejamos algumas manchetes de matérias sobre o comunismo: “*Cresce o anticomunismo em Jacarta: edifício destruído*” (14 de outubro de 1965); “*Fidel Castro exclui Guevara do novo comitê do partido comunista em Cuba*” (03 de outubro de 1965) – nesta matéria a impressão que o jornal dá é de que Fidel teria traído Guevara ao excluí-lo dos postos de mando, em Cuba; “*O que seria de Svetlana se ela não se chamasse Stalin*” (01 de março de 1968).

Esta última manchete é de uma reportagem sobre a filha de Stalin que estaria morando em Nova York. O texto fala dela como uma grande esperança para as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Ela como recém chegada aos Estados Unidos, não saberia ainda o que teria feito exatamente o pai e nem “a verdade” sobre o que aconteceu na URSS durante o governo de Stalin. Um homem russo que também morava nos EUA é apresentado como grande estudioso da URSS, mas seu nome não é citado. Este homem aposta no grande potencial de Svetlana, como mulher corajosa que era, para promover a paz. Nas falas dele, ela é apresentada como uma heroína. O autor da reportagem sobre a filha de Stalin diz, que esta não nega em momento algum o fato de ser filha de quem é, mas que apesar de saber algumas coisas sobre a vida do pai, não poderá se furtar ao dever de estudar a história soviética. A idéia repassada é de que mesmo nascendo no ambiente em que nasceu, ser filha de quem era, foi possível crescer uma pessoa de princípios louváveis e que fez a opção certa em deixar seu país de origem antes de se contaminar com a ideologia maléfica do comunismo.

Em um texto chamado “*Defesa de ordem revolucionária*” publicado, em 15 de outubro de 1968, o autor defende o governo militar e seus propósitos. A idéia é de que “a revolução” se fez em prol de um bem maior e que se não fossem os militares o Brasil estaria ainda no caminho errado seguido pelo antigo governo. O texto põe as forças armadas e sua participação na vida política do Brasil essencialmente, com o dever de proteger o povo do perigo que ainda ronda e põe também os ex-governantes, que seriam representantes do

comunismo internacional, em posição de espreita, como quem só está esperando a hora certa para dar o bote e se vingar.

“Ora, seria ilusão admitir que não esteja aceso, embora sem labaredas muito a vista o sentimento de revide de muitos dos que foram apeados das situações de mando que ocupavam. Eles esperam o momento que julgam adequado para voltar à tona dos acontecimentos e tentar a volta do passado abominável.”⁷

Em todas as vezes que o *Estado de Minas* fez a cobertura de uma passeata ou de uma mobilização popular reprimida, como já era de se esperar, deu razão à repressão.

E por falar em manifestações e repressão analisemos a cobertura da morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, que morreu em confronto com a polícia durante uma manifestação, no restaurante universitário Calabouço.

O título estava na primeira página do dia 29 de março de 1968: “*Estudante morto no Rio em choque com a polícia*”⁸. Nesta matéria os estudantes não aparecem como arruaceiros. É curioso observar que o estudante morto é apresentado como “Milton Luiz Lima Souto” e um pouco a frente como “Nelson Luiz de Lima Souto”. Fora a parte em que fala que as autoridades prestaram socorro e já estavam tomando as devidas providências, o texto se posiciona do lado dos estudantes, até porque não teria como ser diferente.

Dois dias depois, da morte do estudante Edson Luis, o *Estado de Minas* publicou a seguinte matéria: “*Incidente não afetou o prestígio militar*”⁹. Esta foi uma pequena nota que dizia que foi realizada uma pesquisa nos dois dias anteriores a esta publicação, pesquisa esta que tinha por objetivo avaliar como a sociedade via as forças armadas depois da morte do estudante que agora era chamado de Edson Luis. A pesquisa “relâmpago” concluía que a confiança popular nas Forças Armadas não havia sido abalada.

Como pôde ter sido realizada uma pesquisa de opinião pública em tão pouco tempo? Essa foi uma questão tão inevitável que nem o jornal se negou a fazê-la, embora a tenha feito de modo não explícito. Mas, o importante é que a matéria de limpeza da imagem

⁷ ESTADO DE MINAS. *Defesa de ordem revolucionária*. 13 de outubro de 1965.p.4.

⁸ ESTADO DE MINAS. *Estudante morto no Rio em choque com a polícia*. 29 de março de 1968. pg.1.

⁹ ESTADO DE MINAS. *Incidente não afetou o prestígio militar*. 31 de março de 1968.p.5.

das Forças Armadas foi publicada e que depois disso nada mais se falou neste jornal sobre a morte do estudante.

“Recriando a realidade a sua maneira e de acordo com seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam os seus leitores nesse círculo de ferro da realidade irreal, e sobre ele exercem todo seu poder.”¹⁰

Neste trecho Perseu Abramo explicita o que acontece com a população que consome o tipo de informação que era veiculada pelo *Estado de Minas*. O leitor é envolvido em um emaranhado de informações manipuladas, que no caso deste jornal não podem ser ignoradas dado ao fato de que ele atingia altíssimo número de tiragem. É óbvio que a pequena parcela intelectualizada da população não era tão facilmente seduzida por este tipo de informação, mas o público para o qual se dirigia consumia e era consumido por estas reportagens maquiadas.

Outros periódicos, principalmente, no período que se segue ao contemplado por essa pesquisa, tentaram encontrar formas de driblar a repressão e mostrar o que estava acontecendo com os meios de comunicação social. Por outro lado, o *Estado de Minas* ficou entre os que não manifestaram resistência de nenhuma espécie.

Este jornal mineiro se mostrou conivente, como já tinha feito em outras épocas e deu contribuição significativa para a manutenção do estado autoritário militar que governou o Brasil de 1964 a 1985.

¹⁰ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*.p.47.